

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.302 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2001



Ramez Tebet preside a reunião do Conselho de Ética em que será votado o relatório de Roberto Saturnino pedindo a abertura de processo contra Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda

Conselho de Ética vota hoje relatório sobre a violação do painel eletrônico

Parecer de Roberto Saturnino que pede a abertura de processo de perda de mandato contra Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda será examinado em sessão pública, com voto aberto, às 10h

PÁGINA 3

Comissões vão ouvir Malan e direção do BC

A CAE e a CFC decidiram realizar audiência pública conjunta sobre as denúncias de vazamento de informações no Banco Central.

PÁGINA 4



Substitutivo de Pedro Piva (à direita) foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e irá agora ao Plenário do Senado

CRE aprova proibição de porte, mas permite posse de armas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem substitutivo do senador Pedro Piva que permite a posse, mas não o porte de armas de fogo. O texto substitui o parecer do senador Renan Calheiros, acolhido pela Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania, que restringia desde a fabricação até o porte de armas. O presidente da CRE, Jefferson Péres, aceitou a retirada do caráter terminativo do projeto, que, assim, será examinado pelo Plenário.

PÁGINA 8

EDUARDO JORGE

O Plenário vota hoje dois requerimentos para que o Banco Central remeta ao Senado a movimentação bancária relativa ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000 do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge.

PÁGINA 5

CONTAS DA CBF

O tesoureiro da CBF disse à CPI que os cheques para pagamentos de despesas da entidade passavam por sua conta particular.

PÁGINA 9



FACILIDADES PARA GESTANTES

O Senado aprovou ontem a obrigatoriedade de acesso alternativo para gestantes e deficientes físicos em recintos com entrada controlada por catracas.

PÁGINA 10

Crise de energia

A Comissão de Infra-Estrutura discutiu ontem a crise de energia sem a presença de representantes do governo.

PÁGINAS 6 E 7

CCJ examina criação de fundo para a Amazônia Ocidental

Comissão também deve discutir projeto que regulamenta a "assinatura eletrônica" na Internet

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, a partir das 10h, proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apresentou substitutivo. O Fundo, a ser aplicado em obras e programas no interior dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, será composto por recursos da União.

Entre os 19 itens da pauta da comissão destaca-se também projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta a chamada



Jefferson é autor do projeto do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

"assinatura eletrônica" nas compras feitas via Internet. A proposição, baseada na norma adotada pela Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional, tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS). A matéria será votada na CCJ em caráter terminativo, ou seja, a posição da comissão será adotada por todo o Senado, a menos que haja recurso para sua votação em Plenário.

Também em caráter terminativo será votado o projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que veda a exibição de imagens de crianças ou adolescentes em situações vexatórias ou constrangedoras.

Valadares defende PEC que mantém investimentos regionais

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem apoio à sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna permanente a existência dos fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Ele argumentou que a proposta pretende evitar o risco da falta de investimentos regionais propiciados pelo Fimam e o Finor, extintos por medida provisória.

— A superação dos problemas de desenvolvimento regional, princi-



Antonio Carlos Valadares pretende evitar risco de falta de investimentos

palmente do Norte e do Nordeste, só poderá acontecer se for garantido um fluxo contínuo de recursos expressivos para investimentos nessas regiões — afirmou Valadares.

A PEC não estipula prazo para o término das transferências dos recursos do Tesouro para os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, ao contrário da MP que restringiu esse mecanismo até 2013. Os novos fundos não serão alimentados por incentivos fiscais e sim por dotações orçamentárias.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

11h — Assina Convênio de Cooperação Mútua entre o Senado e o Tribunal de Contas da União. Presidência da TCU
12h30 — Recebe os membros da Associação Internacional do Lions Club

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: Homenagem à memória de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, pelo bicentenário de seu nascimento, nos termos do Requerimento nº 197/2001, de autoria do senador Lúcio Alcântara.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia dos chefes do Executivo que quiserem se candidatar à reeleição); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PDL nº 157/2000, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Dom Avelar Brandão Vilela para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro (BA); PDL nº 238/2000, aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999; PDL nº 1/01, aprova o ato que outorga concessão de cooperação educacional entre o governo do Brasil e o da Bolívia; Requerimento nº 2/2001, solicita, em face das informações do Ministério Público do Estado do Paraná, que se proceda à identificação do beneficiário do cheque da prefeitura de Maringá (PR), depositado no Banco do Brasil, agência 2636, nominativo ao extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC); Requerimento nº 51/2001, solicita que o ministro da Fazenda Pedro Malan determine ao Banco Central o envio ao Senado Federal de toda a movimentação bancária detalhada relativa ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000, do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 73/2001, solicita que o ministro da Fazenda determine ao Banco Central o envio ao Senado Federal da relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos dos recursos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, no período de janeiro de 1995 a julho de 2000, constantes do rastreamento já realizado por aquela autarquia nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e outros; e Requerimento nº 74/2001, solicita que o ministro da Fazenda, por meio da Secretaria da Receita Federal, preste as seguintes informações: se, na auditoria fiscal realizada em relação a Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público de Goiás, ou na auditoria realizada a pedido do Ministério Público do Distrito Federal, em 2000, foi encontrada qualquer evidência de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados pelas referidas pessoas.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: instalação e eleição do presidente e do vice-presidente. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

10h — Conselho de Ética

Pauta: votação do relatório sobre a denúncia contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; PLS nº 11/98 (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99), regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voto (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 — Código de Processo Civil; PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente; PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de sequestro; PLS nº 289/99, altera

a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da lei mediante sequestro e restringir o abrandamento na aplicação da pena; e emendas de Plenário nºs 17 a 38 oferecidas ao PLS nº 646/99 — Complementar, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

Após Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Mensagem nº 121/2001, submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Luis Carlos Wanderley Lima, para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; PLC nº 84/2000, dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidores públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica; PLS nº 34/01, altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; PLS nº 79/2000, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; PLS nºs 526 e 538 de 1999, alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; PLS nº 227/2000, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Aviso nº 138/2000, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde — Reforsus, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido; PLC nº 22/2001, altera a Lei nº 8.212/91, a Lei nº 8.870/94, a Lei nº 9.317/96 e a Lei nº 9.528/97 (contribuição previdenciária da empresa rural e da agroindústria; consórcio simplificado de produtores rurais; benefícios fiscais para agroindústria); PLC nº 2/2001, acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; e PLS nº 53/2000, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal — FPE, para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, a fim de prestar informação sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo órgão e para promover o estreitamento das relações entre o Legislativo e o TCU. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 64/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Lazer do Alto do Rio das Velhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Lagoas (MG); PDL nº 80/2000, aprova o ato que renova a outorga da Fundação José Resende Vargas de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Paranaíba (MG); PDL nº 167/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Três Colinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca (SP); PDL nº 170/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fênix Rádio FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipameri (GO); PDL nº 189/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis (MG); PDL nº 245/00, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedrense para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itápolis (SP); PDL nº 251/00, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapipoca (CE); PDL nº 255/00, aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga (MG); PDL nº 2/01, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia (SP); Requerimento nº 228/2001, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº 3/2001, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimento nº 229/2001, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº 3/2001, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Conselho de Ética vota relatório de Saturnino

Relator pede abertura de processo de perda de mandato contra Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Ramez Tebet garante que a decisão dos senadores será aberta e que Arruda não terá direito de votar

O Conselho de Ética vota hoje, a partir das 10h, o relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sobre as investigações em torno da denúncia de que os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) feriram o decoro parlamentar por suas participações no episódio da violação do painel de votações do Senado. Saturnino concluiu que os dois feriram o decoro e recomendou a abertura de processo para que recebam a punição máxima — a cassação de seus mandatos.

Em entrevista à imprensa ontem, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), garantiu que a votação do relatório será mesmo aberta, com os 15 senadores manifestando publicamente seus votos, numa reunião a ser transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado. Ontem à noite, Tebet informou aos advogados de Arruda que tem parecer de juristas sustentando que ele não pode votar, pois assim estaria atuando tanto como juiz quanto como réu.

— O fato de Arruda ser o investigado impede que ele tenha um juízo isento sobre o caso — disse Ramez Tebet na entrevista.

O presidente do Conselho de Ética afirmou ainda que não pretende aceitar medidas protelatórias da votação e garantiu que o relatório terá prioridade de apreciação. Um parecer em separado, a ser apresentado por um dos senadores da Bahia, aliados

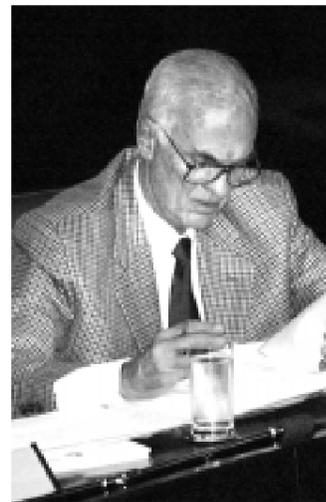
de Antonio Carlos, só será votado caso o relatório de Roberto Saturnino seja rejeitado por maioria de votos, acrescentou Tebet.

Para ele, o memorial encaminhado ontem aos senadores integrantes do conselho pelos advogados de Antonio Carlos Magalhães “é uma peça de esclarecimento, e não de defesa”. Tebet considera natural que os dois acusados estejam apresentando documentos para sustentar seus pontos de vista. Lembrou, no entanto, que os dois senadores terão ampla defesa, caso o relatório de Saturnino seja aprovado pelo conselho e a Mesa peça a abertura de um processo de cassação.

O Conselho de Ética vem investigando há cerca de dois meses, a pedido do Bloco Oposição, se Antonio Carlos feriu o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, em fevereiro passado, quando teria afirmado que conhecia a lista com os votos secretos dados na sessão que cassou Luiz Estevão. A conversa foi gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza, que repassou a fita à revista *IstoÉ*, que fez a primeira denúncia. O conselho tomou 13 depoimentos, entre eles de funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), os quais confirmaram a violação do painel e envolveram o senador José Roberto Arruda no episódio.



Ramez Tebet diz que não pretende aceitar medidas protelatórias da votação



Saturnino pede a abertura de processo para que ACM e Arruda recebam a punição máxima

Tramitação do processo na Mesa terá prazo de 15 dias, diz Jader

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que pretende convocar para amanhã reunião da Mesa destinada a receber o parecer do Conselho de Ética sobre a violação do painel eletrônico e designar um relator para a matéria. Em entrevista coletiva, Jader divulgou o roteiro dos procedimentos a serem adotados, elaborado a seu pedido pela Advocacia Geral e Consultoria Geral do Senado, que prevê prazo máximo de 15 dias para a tramitação do assunto na Mesa.

— Pedi informações à área técnica para agir de acordo com essas recomendações e apoiado no Regimento. O processo obrigatoriamente terá que ser isento. O caminho adequado é o da impessoalidade; assim, todos sabem quais são as regras e não se trata da vontade pessoal de ninguém: é o que está escrito no Regimento — frisou.

Jader esclareceu que, de acor-

do com o estudo realizado pela advogada-geral, Josefina Valle de Oliveira Pinha, e pelo consultor-geral legislativo, Dirceu Teixeira de Matos, caso a Mesa decida instaurar processo contra senador, este terá prazo até a meia-noite do dia em que a decisão for tomada para optar pela renúncia ao mandato. A partir do dia seguinte — data de publicação da ata da reunião da Mesa —, esta alternativa estará inviabilizada.

O presidente do Senado disse também que foi informado de que poderá votar, ou, igualmente, abster-se, só sendo obrigado a manifestar-se para desempate. O relator será um dos sete membros titulares da Mesa do Senado, e terá sete dias para apresentar parecer; havendo pedido de vista, serão dados cinco dias, sendo estes prazos contados dentro da previsão de 15 dias de tramitação da matéria na Mesa.



Jader Barbalho pediu informações à área técnica para agir “apoiado no Regimento”

Antonio Carlos afirma que não vai “criar caso” com prazos

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou em entrevista, logo depois que o presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou os prazos de tramitação na Mesa de um processo de cassação, que não pretende “criar caso” com prazos e que já trabalhava com um período “bem maior” que as 24 horas noticiadas pela imprensa.

— Eu tenho os meus juristas. Não pretendo criar caso, mas também não aceito segregação — disse. Antonio Carlos sustentou que, se o relator do processo na Mesa apresentar seu parecer em 24 horas, caso ele seja aprovado hoje pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, “terá de ser um gênio para conseguir ler as mais de 2 mil páginas do processo”.



ACM já esperava prazo “bem maior” que 24 horas

Antero critica PSDB por omissão e Tasso por apoio a ACM

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) criticou as declarações de apoio do governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), publicadas ontem pelo jornal *O Globo*. Na avaliação do parlamentar, a atitude do governador, possível candidato do partido à Presidência da República, é “eleitoreira”. Ao manifestar-se contrário à cassação de Antonio Carlos, Tasso deixa claro, segundo Antero, que conta com os milhões de votos do ex-presidente do Senado na Bahia.

Para Antero, não há dúvidas quanto às intenções eleitoreiras de Tasso, já que em momento algum o governador cita o nome do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), limitando-se a tratar da questão referente a Antonio Carlos. Isso porque, na opinião de Antero, o senador do Distrito Federal é uma figura menos expressiva no plano nacional, alguém de quem o governador não depende para eleger-se.

As palavras de apoio de Tasso Jereissati a Antonio Carlos “representam uma punhalada nas teses defendidas ao longo da vida por Mário Covas”, acrescentou Antero, referindo-se a um dos fundadores do partido.

A postura de Tasso e o silêncio do PSDB quanto à posição que deve assumir na votação do relatório do senador Roberto Saturnino no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar provocaram a indignação de Antero. O senador lamentou que, durante a convenção nacional do PSDB, realizada no último sábado, não se tenha debatido “a falta de ética que assola o Senado”. O senador classificou o partido de omissivo, pois no seu entendimento é inadmissível que o PSDB não se guie pela vontade das ruas e sim pelas conveniências político-eleitoreiras. “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas” — concluiu, lembrando o lema do partido.



Antero considera atitude de Tasso “eleitoreira”

Comissões vão ouvir Malan, Fraga e Grossi

Audiência conjunta da CAE e CFC será promovida para que possam ser esclarecidas denúncias de que o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes vendia informações privilegiadas e teria sido chantageado por Salvatore Cacciola

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a realização, em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), de audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a diretora de Fiscalização da instituição bancária, Tereza Grossi. Os três devem prestar esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista *Veja* sobre o vazamento de informações no Banco Central por ocasião da desvalorização cambial de janeiro de 1999.

Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou requerimento juntamente com a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Romero Jucá (PSDB-RR), a CAE deve apresentar questionamentos ao ministro e à diretora do BC sobre a suposta chantagem feita pelo ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, ao ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. A chantagem teria levado o BC a vender dólares ao Marka abaixo do preço praticado pelo mercado.



Pedro Malan, ministro da Fazenda, não quis comentar a denúncia



Armínio Fraga, presidente do BC, deve falar sobre ações contra vazamentos



Tereza Grossi, diretora do BC, participou da operação de socorro ao Marka

– Diante dos fatos revelados pela revista *Veja*, é possível que assuntos que o ministro Malan preferia não revelar à CPI do Sistema Financeiro possam ter tomado relevância pública suficiente para serem revelados – afirmou Suplicy.

Fraga foi incluído entre as autoridades a serem ouvidas por requerimento dos senadores João Alberto (PMDB-MA), relator, em 1999, da CPI do Sistema Financeiro, e Ney Suassuna (PMDB-PB). Os dois parlamentares querem saber quais são as providências tomadas pelo Banco Central para detectar e evitar possíveis vazamentos de informações.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), anunciou que fará o convite às autoridades. Ele espera que a reunião de audiência pública

seja realizada na terça ou na quinta-feira da próxima semana.

CHANTAGEM

Na Comissão de Fiscalização e Controle o requerimento convidando Pedro Malan, Armínio Fraga e Tereza Grossi foi apresentado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR).

Conforme a revista *Veja*, o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes vendia informações privilegiadas a bancos e teria sido chantageado por um de seus clientes, Salvatore Cacciola, que está foragido na Itália.

A chantagem teria sido feita por ocasião da mudança cambial de janeiro de 1999, quando os bancos Marka, de Cacciola, e FonteCindam foram socorridos pelo Banco Central em operação de câmbio com dólares.

Jucá nega que Executivo tenha liberado verbas para evitar CPI

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) voltou ontem a rebater, em Plenário, as acusações da oposição de que o governo teria utilizado a liberação de recursos das emendas apresentadas pelos parlamentares para barrar a CPI da Corrupção. Segundo disse, o Executivo nada mais fez do que liberar as verbas que estavam previstas ainda no Orçamento do ano passado, a título de “restos a pagar”, tanto para parlamentares que retiraram suas assinaturas da CPI quanto para os que a mantiveram, inclusive os opositoristas.

Romero Jucá acrescentou que solicitará ao Ministério do Planejamento a relação dos parlamentares de oposição, em especial dos senadores, que foram beneficiados com a liberação de recursos.

– Quero aqui restabelecer a verdade, porque todo ano o governo faz a liberação dos recursos das emendas apresentadas pelos parlamentares, mas a oposição fica



Segundo Jucá, oposição também se beneficiou com liberação de recursos

nessa cantilena de dizer que se está liberando dinheiro em função da votação “a”, outra hora por causa da votação “b”, ou até porque está fazendo reforma ministerial.

Romero Jucá cobrou também o reconhecimento da oposição de que o Dossiê Cayman

– conjunto de documentos que comprovariam a existência de contas bancárias do presidente da República e de ministros em paraísos fiscais – “era uma farsa eleitoral”. Ele salientou que agora, como o documento “caiu por terra”, a oposição deveria ir a público para dizer que o dossiê era uma fraude.

O líder do governo disse ainda, referindo-se à reportagem da revista *Veja* sobre a venda de informações privilegiadas pelo ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, que o governo “não tem conhecimento de nenhum esquema de venda de informação, não participou disso, repudia essas colocações e nada tem a esconder sobre essa matéria”.

Dutra: governo se defende de forma ilegítima

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou ontem em Plenário que, diante de uma situação de desgoverno, o presidente Fernando Henrique utiliza recursos ilegítimos para impedir a apuração de denúncias ao mesmo tempo em que teme a divulgação de novos casos de corrupção pelas revistas semanais. Já o PSDB, para defender o governo, assumiu a velha estratégia do “bateu, levou”, afirmou.

O senador novamente questionou o fato de 20 deputados governistas terem retirado suas assinaturas do requerimento para criação de comissão parlamentar mista de inquérito que investigaria denúncias de corrupção na administração pública. Dutra insistiu na tese de que



Para Dutra, Fernando Henrique teme novas denúncias a cada semana

o governo usou a liberação de verbas do Orçamento da União para obter a desistência dos deputados. Para evitar que o mesmo ocorra no caso de o Senado ter de votar pedido de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), a oposição vai “pôr em banho-maria” a coleta de assinaturas para uma CPI da Corrupção no Senado.

Conforme Dutra, a “postura agressiva” do novo presidente do PSDB, José Aníbal, é “ridícula”. O senador referia-se à acusação de que o PT e os sindicatos teriam pago a instalação de um *outdoor* criticando o racionamento de energia. Conforme Dutra, o *outdoor* era peça de campanha publicitária de uma academe

ria de ginástica.

Outro ponto frágil do governo, afirmou, seriam as suspeitas de que o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes teria vazado informações sobre a política cambial para o banqueiro Salvatore Cacciola. Para Dutra, eventual irregularidade na ajuda do BC aos bancos Marka e FonteCindam quando o real foi desvalorizado, em janeiro de 1999, pesa contra o ministro da Fazenda, Pedro Malan, soubesse ele ou não das irregularidades. Se a revista *Veja*, que tratou do tema, tiver provas da gravação, estaria comprovada também a responsabilidade no episódio Marka/FonteCindam da atual diretora de Fiscalização do BC, Tereza Grossi.

– Infelizmente o Plenário do Senado “rasgou” o relatório da CPI do Sistema Financeiro, que responsabilizou Tereza Grossi, ao aprovar o nome dela para diretora do BC.

Ademir considera que Fernando Henrique teme investigação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a população já compreendeu que o presidente Fernando Henrique teme a instalação de uma CPI da Corrupção por saber que muitos dos escândalos a serem investigados deixariam o governo em posição insustentável. “Está ficando claro que as eleições presidenciais de 2002 serão disputadas entre dois opositoristas, porque o presidente está sintonizado com o FMI e não com o país e seus interesses”, disse.

Ele reconheceu ser “espinhosa” a posição do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), de tentar negar que o governo tenha usado a liberação dos recursos de emendas dos parlamen-



Para Ademir, FHC sabe que a investigação prejudica o governo

tares ao Orçamento para levá-los a retirar as assinaturas no requerimento pela criação da CPI. Trata-se de um simples exercício de identificação para verificar quais os nomes dos deputados favorecidos pelas emendas liberadas nos dias que antecederam o arquivamento do pedido, observou.

Ademir disse ser “óbvio” que os deputados que assinaram o pedido, para depois retirá-las, o fizeram para chantagear o governo e obter vantagens. Em aparte, o líder da oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), acrescentou que vários desses deputados admitiram que conseguiram liberar suas emendas depois da retirada.



A Comissão de Fiscalização e Controle também requereu toda a documentação sobre a criação do Federal Cap, Federal Previ e Federal Card

Comissão examina relações entre Caixa e empresa Veplan

As relações entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a empresa Veplan serão objeto de exame da Comissão de Fiscalização e Controle. A partir de denúncia apresentada por Maria da Silva Lima, o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou uma série de requerimentos solicitando à CEF que apresente toda a documentação relativa ao contrato e os comprovantes dos pagamentos realizados pela empresa. Segundo a denúncia, desde o ano de 1975 a Caixa realizou várias operações de crédito para a Veplan e os financiamentos nunca foram saldados. Os requerimentos foram aprovados pelo Plenário ontem e serão encaminhados à Caixa.

De acordo com a denúncia apresentada, a Caixa Econômica Federal teria sido lesada em um contrato de locação envolvendo o Hotel Rio Palace, de propriedade da Veplan e negociado com o Grupo Accor. Metade do aluguel previsto no contrato deveria ser repassado para a CEF, para o BNDES e para o Banco Central, enquanto a outra metade ficaria com a própria empresa devedora. Maria da Silva Lima relata que a Caixa nunca recebeu qualquer quantia referente à par-

te da receita que lhe caberia.

A Comissão de Fiscalização e Controle requereu também da Caixa que apresente toda documentação referente à criação do Federal Cap, Federal Previ e do Federal Card (contrato celebrado com a empresa Credicard). Solicitou ainda que a Polícia Federal na Paraíba remeta todas as informações referentes à ação penal que investiga as relações entre a CEF e a Credicard, segundo inquérito realizado na cidade de Campina Grande.

Na reunião de ontem, a CFC decidiu ainda convidar o secretário especial da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, José Diogo Cyrillo da Silva, para prestar informações sobre a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Ney Suassuna. E por iniciativa do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) a comissão quer que o Ministério da Saúde forneça as planilhas de custos e de receitas das empresas de medicina de grupo atuantes no Brasil. O senador considera que essas informações permitirão que se forme um juízo quanto à atuação dessas empresas.

Comissão ouve presidente do Tribunal de Contas da União

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Humberto Souto, estará hoje na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado para prestar informações sobre os trabalhos que vêm sendo realizados pelo tribunal e estreitar o relacionamento com o Congresso. A reunião está marcada para as 18h.

Antes da exposição de Humberto Souto, a comissão votará proposta do Poder Executivo que abre ao orçamento fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 55,5 milhões destinado ao refinanciamento da dívida pública mobiliária federal.



Humberto Souto falará sobre o trabalho realizado pelo TCU

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que também é o presidente da CFC, vai pedir o arquivamento da mensagem presidencial.

Senado decide se pede contas de Eduardo Jorge

Movimentação bancária é objeto de dois requerimentos, que incluem também contas da mulher e de irmãos do ex-secretário da Presidência

A movimentação bancária relativa ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000 do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua mulher, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, e seus irmãos volta hoje ao debate do Plenário do Senado.

Serão votados dois requerimentos – dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) – para que o Banco Central remeta à Casa essa movimentação bancária. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) até março deste ano, Jucá apresentou o requerimento no entendimento de que era dever da CFC prosseguir na investigação dos fatos denunciados contra Eduardo Jorge.

Já Dutra diz que a movimentação bancária é de fundamental importância para que se alcance “uma visão mais ampla dos negócios do sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira”. Invocando a experiência acumulada em CPIs, Dutra



Solicitação de contas de Eduardo Jorge refere-se ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000

considera necessário que o Senado conheça a movimentação bancária não só do ex-secretário, mas também dos seus familiares.

Na mesma sessão, será votado um outro requerimento de Romero Jucá solicitando à Secretaria da Receita Federal informações sobre auditoria fiscal realizada para evidenciar sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os

rendimentos declarados por Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa.

De autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), um quarto requerimento será votado, para que se proceda à identificação do beneficiário de cheque da prefeitura de Maringá (PR), depositado na agência do Banco do Brasil no Senado, nominativo ao extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O Senado vota ainda, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. E, em primeiro turno, delibera sobre proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal.

Jefferson cobra votação de empréstimo pedido pelo BC

O atraso na apreciação de um projeto aprovado em regime de urgência pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – o empréstimo de US\$ 757 milhões junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) – motivou o senador Jefferson Péres (PDT-AM) a manifestar-se ontem em Plenário, cobrando ao presidente do Senado, Jader Barbalho, medidas para impedir a repetição de fato semelhante.

Jefferson Péres lembrou que o empréstimo, pedido pelo Banco Central (BC), tem o objetivo de dar maior lastro ao país, que está à beira de uma grave crise cambial. Ele disse que parte da imprensa atribuiu o atraso a uma retaliação de Jader Barbalho, que teria se indisposto com Armínio Fraga, presidente do BC. Fraga aconselhara ao Ministério Público que prosseguisse nas investi-

gações sobre o suposto envolvimento de Jader no desvio de verbas do Banco do Estado do Pará (Banpará).

– Não quero crer nesta versão, de que o presidente do Senado tenha cometido um primarismo desta natureza. Mas o ocupante de um cargo público não tem apenas que ser, tem que parecer – disse, aconselhando Jader a evitar situações como esta realizando uma triagem dos projetos importantes.

Jefferson afirmou que tanto o presidente do BC quanto o do Senado são irrelevantes diante dos interesses do país. Afirmando ter intenção de colaborar, ele pediu impessoalidade e transparência e propôs à Mesa que se reúna semanalmente para definir a pauta com antecedência, considerando os itens que têm urgência.

Em resposta, Jader, que chegou ao Plenário no momento em que



Empréstimo visa aumentar lastro do país, à beira de grave crise cambial, esclarece Jefferson

o senador pelo Amazonas discursava, afirmou que não teve qualquer responsabilidade no atraso da apreciação do projeto.

– O governo tem tanto interesse nesse empréstimo que até agora o Executivo não enviou os originais, que precisam acompanhar a tramitação deste assunto – disse Jader, agradecendo a colaboração de Jefferson Péres e manifestando estranheza por não ter recebido nenhuma comunicação de ministros ou lideranças do governo quanto à importância do empréstimo junto ao Bird.

Professor culpa Malan pela crise de energia

O maior responsável pelas dificuldades é o ministro Pedro Malan, da Fazenda, que impediu investimentos no setor, segundo afirmou em audiência na Comissão de Infra-Estrutura o professor Luís Pinguelli Rosa, da UFRJ

O maior responsável pela crise energética brasileira é o ministro Pedro Malan, da Fazenda, segundo disse ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado o professor Luís Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante audiência pública, à qual deixaram de comparecer os representantes do governo – ministros Pedro Parente, da Casa Civil e presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia, e José Jorge, de Minas e Energia; e ainda José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), César Antônio Gonçalves, superintendente de Regulação Econômica da Aneel, e Mário Fernando Santos, presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS). Eles alegaram ter de participar de uma reunião com o presidente da República, para não comparecer ao encontro.

Em sua exposição para os senadores, o professor Pinguelli Rosa disse que a política econômica em vigor no Brasil foi simplesmente desastrosa para o setor de energia elétrica. O maior culpado pela crise de energia – disse o professor – é o ministro Pedro Malan, que embarcou num modelo completamente equivocado, impedindo que as estatais investissem na geração e distribuição de energia.

Segundo o professor, o presidente de Furnas, Luiz Carlos Santos, foi advertido por Malan ao sugerir que aquela empresa retomasse os investimentos.

Os outros debatedores, o professor Maurício Tolmasquim, da UFRJ, e Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), concordaram com Pinguelli ao responsabilizarem a política econômica como a maior responsável pela crise de energia: em primeiro lugar, por sustar os investimentos estatais no setor, e em segundo, por esperar por investimentos da iniciativa privada que nunca vieram.

Para se chegar ao ajuste fiscal, cortam-se todas as despesas de governo, mesmo no caso de investimentos capazes de gerar lucros fabulosos, como em Furnas – explicou o prof. Tolmasquim. Nessa mesma linha, o professor Sauer disse que o governo rompeu, a partir de 1995, a aliança entre a capacidade instalada e o crescimento do consumo.



Para Luís Pinguelli Rosa, a política econômica foi desastrosa ao vetar investimentos na geração e distribuição de energia



Especialistas rejeitam argumento de que a culpa é da falta de chuva

É absolutamente inaceitável culpar o nível das chuvas pela crise de energia vivida hoje pelo Brasil, segundo os professores Luis Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Ildo Sauer, da Universidade de São



Ildo Sauer: governo detonou investimentos



Tolmasquim: ajuste exigiu corte de despesas

Paulo (USP), que procuraram demonstrar ontem com argumentos e dados de pesquisas recheados de gráficos durante quatro horas de depoimentos na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Toda usina hidrelétrica no Brasil é projetada para conviver com períodos de seca prolongados, e a última estiagem vivida por todas as regiões do país, explicaram os pesquisadores, está muito longe de figurar entre as piores secas, que foram enfrentadas sem problemas pelas usinas.

O que aconteceu foi a falta de investimentos no setor. Por não investir, o governo não teve como acompanhar o crescimento da demanda de energia, a não ser exaurindo as barragens e impedindo que elas atuassem no presente se programando para o futuro, mantendo um nível de água tecnicamente adequado nos reservatórios.

Os representantes do governo deixaram de comparecer à reunião da CI para debater com os professores um diagnóstico e as

melhores saídas para a atual crise de energia. Entretanto, a CI votou requerimento dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Heloísa Helena (PT-AL) reconvidando os ministros Pedro Parente, da Casa Civil, e José Jorge, de Minas e Energia, e os dirigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador Nacional do Sistema (ONS) para um novo debate com os professores da UFRJ, da USP e também com o professor Bautista Vidal, ex-secretário de Tecnologia.

Além do diagnóstico que fizeram para os senadores da CI, os pesquisadores deixaram muitos documentos tentando comprovar o desleixo do governo para com os investimentos em energia elétrica e o desacerto do modelo de privatização.

O professor Luís Pinguelli Rosa disse que os investimentos no setor elétrico do Brasil caíram de US\$ 13,9 bilhões em 1980, para US\$ 11,1 bilhões em 1989, US\$ 7,1 bilhões em 1993 e US\$ 6 bilhões em 1998. Ao abrir a possibilidade de o setor privado tornar-se proprietário das hidrelétricas, o governo teria simplesmente detonado a possibilidade de investimentos no setor termoeletrico, conforme o professor Sauer. Das 49 termoeletricas programadas, 33 estão em construção, das quais 29 com a participação da Petrobras, e todas contando com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com o programa de privatização, o governo perdeu o redutor natural de custos que permite que uma usina já completamente amortizada cobre mais barato pela sua tarifa. Os novos proprietários do sistema tinham de cobrar tarifas elevadas para pagar aos seus acionistas o que gastaram com a compra da companhia, tudo isso sem gerar um megawatt/hora a mais de energia.

Decálogo de medidas para vencer as dificuldades

Os professores-pesquisadores presentes ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Pinguelli Rosa e Maurício Tomasquim, da UFRJ, e Ildo Sauer, da USP, apresentaram várias sugestões para o país sair da crise de energia de forma mais rápida. Entre as sugestões feitas, destacam-se as dez seguintes:

1 Criação de um programa de governo que estimule a co-geração de energia elétrica, por iniciativa de empresários e de produtores, determinando-se por meio de lei que as distribuidoras sejam obrigadas a adquirir o excedente de energia desses cogeneradores, como acontece nos Estados Unidos.

2 Criação de um programa de implantação de usinas alternativas de energia, que se utilizem da biomassa e de resíduos agrícolas, como a palha de milho, o bagaço de cana e outros, com financiamentos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Brasil já detém tecnologia avançada em várias dessas áreas. Esse programa é de rápida implantação e teria, ainda, segundo o professor Sauer, a vantagem de aproveitamento de mão-de-obra e de tecnologia nacionais.

3 Obrigar as empresas distribuidoras de energia a distribuírem lâmpadas mais econômicas para a população de baixa renda. As lâmpadas de luz branca custam cerca de R\$ 20 a unidade e não podem ser adquiridas pela população mais pobre. As lâmpadas comuns custam R\$ 1. Como as distribuidoras até agora, segundo o professor Pinguelli, não foram convocadas a pagar nada pela crise da qual elas também têm grande fatia de responsabilidade, a decisão seria bem recebida pela sociedade.

4 Aceleração do programa de usinas termelétricas de unidades geradoras de energia, movidas a gás natural, cuja instalação (pequenas unidades) leva de três a quatro meses.

5 Fortalecimento das condições estruturais para maior troca de energia entre as diversas regiões do país.

6 Renegociação com o governo do Paraguai do modo de operação das turbinas de Itaipu, de modo a tornar possível a instalação de novas linhas de corrente alternada, que podem trazer mais energia para o Brasil dentro de um ano a um ano e meio.

7 Conclusão das usinas de grande porte cuja construção já foi iniciada.

8 Repotencialização das hidrelétricas já instaladas (troca de velhos por novos equipamentos mais potentes), de modo a aumentar a capacidade instalada de várias usinas, sobretudo das mais antigas.

9 Convocação de representantes de toda a sociedade (empresários, trabalhadores e parlamentares) para a definição de um pacto social que definiria as formas aceitáveis de racionamento.

10 Redução de 50% da produção dos setores intensivos de consumo de energia elétrica, tais como alumínio, cloro-soda e ferro-ligas, por meio de um desligamento ordenado. Somente o setor de alumínio, para que se tenha uma idéia, segundo o professor Sauer, responde atualmente por 10% de todo o consumo nacional de energia elétrica. O governo, diz o professor da USP, deve agir mais sobre esses setores e "parar imediatamente de fazer terrorismo com a população, ameaçando-a com o aumento de tarifas", que ele considera absurdo e injusto, e com o corte de energia, que ele e o professor Pinguelli consideram "fascista" e "stalinista".

José Alencar lamenta a ausência de autoridades convidadas para o debate

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Alencar (PMDB-MG), lamentou o não-comparecimento das autoridades do governo para debater com os professores a crise de energia. Após ouvir os dados divulgados pelos pesquisadores, mostrando enorme descompasso entre os investimentos na área de energia elétrica e o crescimento do consumo do setor, o senador disse sentir-se “diante de um governo que não pensa no Brasil”.



Alencar diz sentir-se “diante de um governo que não pensa no Brasil”

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) mostrou-se preocupada com a falta de luz nos postos de saúde e com os efeitos do programa de racionamento sobre as classes mais pobres, o que foi também a maior preocupação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Por sua vez, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) mostrou-se estarecido com a “inépcia do governo” no setor energético, enquanto o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) preferiu centralizar

suas críticas no aumento de tarifas do setor, nos últimos anos.

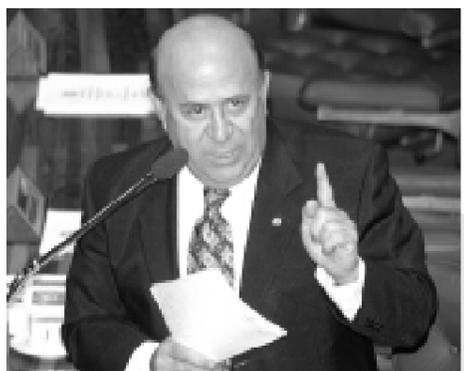
Já o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que assumira a presidência da reunião – José Alencar teve de sair ao meio-dia para participar da reunião sobre a crise energética com o presidente da República –, disse que, no seu estado, o governo conseguiu atrair o setor privado para realmente expandir a geração de energia, construindo uma nova hidrelétrica.

Suassuna vê prejuízo para a imagem do país

Em discurso ontem, no Plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou o prejuízo que a atual crise energética causou à imagem do Brasil no exterior. O parlamentar disse continuar confiando nas autoridades, mas considerou “imperdoável o arranhão” que o país sofreu na sua imagem perante o resto do mundo.

Suassuna relatou sua ida aos Estados Unidos para participar da reunião da Russell 20-20, entidade que reúne grandes fundos de pensão e investimento de todo o mundo. Entre eles, citou o senador, os fundos de aposentadoria dos professores americanos e canadenses e o grupo do megainvestidor George Soros. Os integrantes da entidade, comentou o parlamentar, movimentam juntos cerca de US\$ 7 trilhões.

As grandes vedetes do encontro, relatou Suassuna, foram os representantes da Índia, da China e da Rússia, mas um jornal noviorquino afirmou, no dia seguinte, que os brasileiros roubaram a cena. No encontro, diante da grande preocupação de que os acontecimentos no Congresso Nacional – entre eles, a criação ou não da CPI da Corrupção – poderiam paralisar as reformas, o parlamen-



Para Suassuna, ameaça de racionamento é “um atestado de incompetência”

tar garantiu que o problema no Congresso brasileiro era pequeno e transitório.

O senador disse que, ao retornar ao Brasil, deparou-se com a ameaça do apagão. Ele afirmou que não saberia o que dizer, se voltasse ao encontro das pessoas que o ouviram nos EUA. Para ele, a ameaça de racionamento de energia elétrica foi “um atestado de incompetência em planejamento”.

– Para a imagem do Brasil, foi muito ruim. Ficou uma imagem de pessoas imprudentes, que não se preocupam com o futuro – disse.

Suassuna lamentou que as cláusulas nos contratos de privatização das companhias de eletricidade não tenham sido seguidas à risca. Citou, como exemplo, a possibilidade de instalação, nas resi-

dências, de bloqueadores de energia que impediriam o uso da totalidade da carga disponível nos horários de pico, em troca de uma redução de 20% na conta.

O senador perguntou até quando as cabeças pensantes do país continuarão sem pensar no futuro.

– Não é justo que um país como o nosso não seja sempre privilegiado com um planejamento de longo prazo – afirmou, lembrando que 83 cidades em seu estado, a Paraíba, já padecem da falta de água. Em aparte, o senador Gilberto Mes-trinho (PMDB-AM) afirmou que os acontecimentos mostram que “os planos plurianuais de investimentos não adiantam nada, porque não planejam nada”.

Hartung propõe revisão total da política energética do Brasil

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que a necessidade de racionamento de energia elétrica e a ameaça do “apagão” demonstraram a total falência da política energética do governo Fernando Henrique Cardoso. Será necessário rever o modelo de privatização do setor, permitir que as estatais voltem a investir, dinamizar a malha de transmissão elétrica e abrir o leque para explorar fontes alternativas de energia, enfatizou.

Segundo Hartung, essas são soluções a médio e longo prazos, e portanto não será possível escapar do racionamento, mas o governo pode rever algumas medidas, entre elas a ameaça de corte de energia elétrica, para quem não cumprir as metas de racionamento. “Salta aos olhos a inconstitucionalidade de medidas como a suspensão do fornecimento de quem pagou sua conta, em tempo hábil”, afirmou.

Ele lamentou a ausência dos quatro representantes do governo convidados a participar da audiência pública realizada ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para debater a crise com professores universitários e apontar medidas para economizar energia.

Hartung relatou propostas de bom senso do professor Ildo Sauer, da USP, como trocar as lâmpadas a vapor de mercúrio pelas de sódio na iluminação pública (1% de economia no consumo energético total do país), repotencializar as hidrelétricas e



Para Hartung, medidas como suspensão de fornecimento de energia são inconstitucionais

utilização de alternativas energéticas como o bagaço de cana, os ventos e o sol, medida de potencial incalculável nesse momento, segundo afirmou.

Para o líder do PPS no Senado, não será possível escapar dos efeitos recessivos e de diminuição da oferta de empregos nos próximos meses. Depois das crises financeiras do México, da Ásia e da Rússia, e da desvalorização do real, a economia sofrerá novo revés, destacou.

Hartung observou, no entanto, que uma condução hábil da crise, “sem violências desnecessárias como corte de energia”, poderá fazer o governo ganhar a batalha da credibilidade, levando a população a economizar energia de maneira efetiva, condição a seu ver indispensável para o Brasil superar mais essa crise.

Senado já reduziu consumo de energia em 13,5%

As primeiras medições realizadas pela Companhia Energética de Brasília (CEB) atestam que as medidas iniciais de racionamento do consumo de energia elétrica nas instalações do Senado Federal resultaram em uma economia média de 13,5%.

Foi registrada uma economia de 19% no Anexo I, ou seja, uma redução de 187.913 kilowatts/hora para 158.025 kWh. No Anexo II e no ar-condicionado, a diferença foi de 7% (296.093 kWh para 274.843 kWh). Nos blocos A, B, C e E do Anexo II, 15% (336.473 kWh para 290.527 kWh). No CM-3, central de ar-condicionado, 25% (229.390 kWh para 182.358 kWh).

Esses resultados são consequência das medidas tomadas pelo senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário do Senado, e aplicadas pela Subsecretaria de Engenharia. A expectativa com medidas mais radicais, incluídas no Ato nº 6 do primeiro-secretário, é de uma redução superior a 40% do consumo de energia.

CRE aprova restrição ao uso de armas de fogo

Cidadão comum fica proibido de portar armamento, mas poderá ter sua posse na residência, segundo o substitutivo do senador Pedro Piva. Matéria será agora examinada pelo Plenário do Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que restringe o uso de armas de fogo, proibindo o porte para o cidadão comum, mas permitindo a posse na resi-



A proposta que limita o uso de armas de fogo gerou intenso debate entre os integrantes da Comissão de Relações Exteriores

dência. O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu a retirada do caráter terminativo do projeto, o que obriga o seu envio ao Plenário do Senado, por entender que a matéria é muito importante para que a decisão fique restrita apenas ao âmbito de uma comissão. O projeto aprovado substitui o parecer do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que proíbe radicalmente armas de fogo no Brasil, desde a fabricação até a posse.

A aprovação gerou intenso debate entre o senador Renan Calheiros e os demais integrantes da CRE. Calheiros defendeu a proibição total das armas de fogo como forma de combater a violência e diminuir o número de mortes

imotivadas, geradas pelo fato de alguém estar portando uma arma, e contestou o parecer de Piva citando o Regimento Interno, artigo 230, que proíbe o encaminhamento contrário à proposição original. Segundo Calheiros, o parecer de Piva deturpa o objetivo original que é a proibição total. Piva explicou que o parecer já havia sido examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e não apresentava qualquer irregularidade regimental ou constitucional. "Eu quero a utopia do possível" afirmou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) perguntou a Calheiros por que não desarmou os bandidos quando foi ministro da Justiça e tinha os meios para isso. Melo disse que o Estado não está apto a garantir tranquilidade e, por isso,

Estados Unidos com a proibição de bebidas alcoólicas, que acabou gerando a máfia americana. Para ele, é uma "tolice absoluta" proibir armas no Brasil. O senador afirmou que possui arma em casa e que não abre mão do direito de garantir segurança para sua família. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou as péssimas condições de trabalho da polícia brasileira e disse que a proibição total de armas não passa de uma panacéia para encobrir a incapacidade oficial de oferecer segurança pública.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que a violência é eminentemente urbana e proporcional ao tamanho das cidades. Ele também cobrou resultados do Plano Nacional de Segurança lançado pelo governo federal após a morte da professora Geísa durante o seqüestro

de um ônibus no Rio de Janeiro. Calheiros disse que vai apresentar requerimento para realização de audiência pública com representantes da indústria de armas para que expliquem denúncia do jornalista Elio Gaspari, de que os fabricantes estão pregando nas escolas a apologia do uso de armas.

ALCA

O senador Pedro Piva também apresentou relato sobre a participação do governo brasileiro na reunião de cúpula ocorrida em Quebec, Canadá, para discutir a im-

plantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Piva elogiou o posicionamento firme do presidente Fernando Henrique Cardoso diante das pressões norte-americanas para antecipar a Alca em dois anos.

Piva ainda relatou conversa com parlamentares americanos em que assuntos como as barreiras a produtos brasileiros não puderam ser discutidos. Ele sugeriu que a CRE convide o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para debater melhor a Alca.

As propostas de Piva sobre os projetos que restringem o uso de armas

O substitutivo de Pedro Piva (relator na CRE):



• Proíbe o porte de arma de fogo, que fica restrito a profissionais que utilizam armamentos em sua função, como soldados, policiais e agentes do Ibama

- Os portes de arma já concedidos serão cassados
- Os registros de armas já concedidos continuarão válidos e donos de armas irregulares terão 120 dias para legalizar sua situação
- Novos registros dependerão da "comprovação de bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica"
- Atiradores, caçadores, colecionadores e moradores da zona rural terão a posse e o porte regulamentados pelo Executivo

Autor de "A Máfia Verde" critica ação das ONGs

O escritor Lourenço Carrasco, coordenador do livro *A Máfia Verde*, acusou as organizações não-governamentais (ONGs) de impedirem investimentos hidrelétricos na Amazônia que totalizariam 12 mil Megawatts (MW). Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a atuação dessas organizações, Carrasco afirmou na noite de ontem que esses investimentos evitarão a crise energética no Brasil.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que, com a atual crise de energia, as ONGs conseguiram o que queriam: parar o crescimento do Brasil. Lembrou que as organizações têm feito protestos contra o aproveitamento de hidrovias, contra o asfaltamento de estradas na Amazônia e até mesmo contra a implantação de gasodutos, que ali-

mentariam usinas termelétricas.

Nascido no México há 51 anos e falando português misturado ao espanhol, Lourenço Carrasco afirmou que 85% dos recursos das ONGs em atividade no Brasil vêm do exterior, citando informações de Eduardo Martins, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). De acordo com ele, 51% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal também provém de doações internacionais, totalizando R\$ 520 milhões.

— Não é por acaso que a mesma quantia é destinada, no orçamento do ministério, ao pagamento de serviços de terceiros ou de pessoas jurídicas — afirmou o escritor.

A relatora da CPI, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), pediu que o depoente encaminhasse a



Lourenço Carrasco (E) depôs na CPI presidida por Mozarildo e que tem Marluce como relatora

ela um relatório pormenorizado sobre os recursos recebidos pelas ONGs em atuação no Brasil. Também solicitou dados sobre o orçamento do ministério, que Carrasco se comprometeu a fornecer.

Ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Carrasco respondeu que a criação da reserva yanomami obedece ao princípio de se impedir qualquer atividade civilizatória. A senadora Marina Silva (PT-AC)

indagou sobre os autores dos textos do livro, mas Carrasco preferiu assumir a responsabilidade por todos os escritos, que reconhecera não serem seus.

O presidente da comissão, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), informou que o ministro-chefe do Gabinete Institucional, general Alberto Cardoso, foi convidado para falar à CPI na próxima quarta-feira.

Ministros devem falar sobre desmatamento

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, prestem esclarecimentos sobre o desmatamento registrado na Amazônia. Segundo Jefferson, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que houve grande desmatamento, o que interrompeu a curva decrescente que se observava até 1999.

— O ministro do Meio Ambiente afirma que o aumento se deve aos pequenos agricultores assentados em projetos de colonização, fato negado pelo ministro de Desenvolvimento Agrário — afirmou Jefferson, com apoio de Suassuna.

Eduardo Siqueira Campos destaca progresso de Palmas

O desenvolvimento de Palmas, capital do estado do Tocantins, foi destacado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), em pronunciamento no Senado. Dados preliminares do Censo 2000, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam a cidade como a capital que mais cresce no país, com média anual de 21,39%. A capital do Tocantins, observou o parlamentar, “continua sendo um imenso canteiro de obras, que não pára de crescer”.

Sem esconder o orgulho de ter sido o primeiro prefeito eleito de Palmas, o senador destacou outros efeitos do progresso da capital, que até pouco mais de 12 anos era uma região “paupérrima e abandonada por Deus e pelos governantes”. Hoje, salientou, “tornou-se um centro político-administrativo, uma cidade universitária, um pólo de desenvolvimento agroindustrial e comercial, uma verdadeira Capital do Terceiro Milênio”.



Segundo Eduardo, Palmas “continua sendo um imenso canteiro de obras”

Eduardo recorreu a dados do Balanço Anual 2000 da *Gazeta Mercantil* para mostrar que Palmas já superou os municípios mais antigos do Tocantins em poder de compra. “Além de tudo isso, Palmas proporciona excelente qualidade de vida a seus habitantes, que dispõem de água encanada e esgotos, havendo desde sua fundação uma preocupação de seus construtores com o saneamento básico”, explicou.

Na avaliação do senador, o progresso de Palmas explica seu poder de atração de investimentos e pessoas em busca de melhores condições de vida, gerando necessidades constantes de materiais de construção e trabalhadores, para tocar obras como a rede de água e esgotos, o asfaltamento e a iluminação de vias públicas, a construção de um aeroporto internacional e uma barragem nas águas do rio Tocantins, destinada a acionar as turbinas da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães.

Marina quer efetivar anistia aos marinheiros da Revolta da Chibata

Episódio marcante na história do país, a Revolta da Chibata, ocorrida no Rio de Janeiro em 1910, foi promovida por marinheiros, liderados por João Cândido Felisberto, a fim de acabar com os castigos físicos na Força. Depois que eles tomaram os navios de guerra ancorados na



Marina Silva: Congresso deve recuperar a anistia que não foi cumprida

Baía de Guanabara, o Congresso resolveu atender a reivindicação e aprovou a anistia aos participantes do levante. Porém, rendidos os rebeldes, o governo aprisionou-os e excluiu-os da corporação, levando-os à pobreza ou à morte precoce.

Esse desfecho “injusto” foi o que levou a senadora Marina Silva (PT-AC) a propor projeto de lei que busca efetivar a anistia *post mortem* de João Cândido e dos demais participantes da Revolta da Chibata. Pela proposta, o perdão implica a promoção dos marinheiros como se tivessem permanecido na ativa e o pagamento de pensão por morte aos familiares dos rebeldes de 1910.

— É chegada a hora de o Congresso recuperar a anistia que aprovou para os que se revoltaram e puseram fim aos castigos corporais na Marinha, anistia desrespeitada à época. Um Estado que pretende consolidar a democracia deve resgatar a memória dos que lutaram por um país digno e civilizado — justifica Marina, cuja proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

João Cândido, que ficou conhecido por sua atuação no levante como “Almirante Negro”, morreu aos 89 anos, em 1969. Segundo Marina, depois que foi expulso da Marinha, viveu no ostracismo, vendendo peixes e fazendo pequenos biscates. Apesar do desprezo da União, o marinheiro viveu na memória do povo carioca e foi homenageado por Aldir Blanc e João Bosco na música *O Mestre-Sala dos Mares*, imortalizada na voz de Elis Regina.



O tesoureiro Ariberto Pereira dos Santos Filho (à direita) confirmou que os cheques da CBF passavam por sua conta

Cheques da CBF passavam pela conta do tesoureiro

Procedimento é considerado estranho pelo relator da CPI do Futebol, Geraldo Althoff. “Eu nunca vi isso”, comentou o senador

O tesoureiro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ariberto Pereira dos Santos Filho, confirmou perante a CPI do Futebol que a CBF emitia cheques nominais à sua conta destinados a pagamentos de despesas correntes da confederação. Ele considerou a operação “normal” e disse que, com a realização do pagamento, ressarcia a CBF no mesmo valor dos cheques emitidos.

O relator da CPI, Geraldo Althoff (PFL-SC), estranhou que a CBF usasse esse tipo de operação tri-



angular para efetuar pagamentos corriqueiros, fazendo com que, antes de chegar ao destinatário final, cada cheque passasse obrigatoriamente pela conta do tesoureiro da confederação. “Eu nunca vi isso”, observou Althoff ao pedir ao tesoureiro da CBF que autorizasse a CPI a abrir o seu sigilo bancário. Ariberto negou, mas deixou no ar a certeza de que poderia autorizar a quebra do sigilo depois de conversar com os membros da CPI em caráter sigiloso.

Althoff informou, com base em documentos, que no ano de 1995 foram depositados na conta do tesoureiro da CBF cerca de R\$ 80 mil. Ariberto confirmou, mas voltou a garantir que os recursos foram destinados a pagamento de despesas da CBF. Ele disse que tudo era feito com o consentimento do presidente da entidade, Ricardo Teixeira, e confirmou também que os honorários de seu advogado, Carlos Roberto Siqueira Castro, contratado para defendê-lo das acusações levantadas pela CPI, estão sendo pagos pela CBF.

Farah diz que FPF tem situação financeira “invejável”

Em outro depoimento tomado ontem pela CPI, o presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF), Eduardo José Farah, garantiu que, desde que assumiu a direção da entidade, há 14 anos, nunca fechou um balanço anual com déficit. “A federação que presido possui uma posição financeira invejável”, afirmou.

Eduardo José Farah defendeu a renovação das presidências das federações e considerou o caso das federações mineira e carioca, em que não há renovação dos presidentes há mais de 20 anos, pouco salutar para o futebol.

— Estou na presidência da Federação Paulista há 14 anos. Considero o tempo exagerado, mas não sairei candidato à reeleição em dezembro de 2002 — informou Farah, acolhendo sugestão do relator da CPI, senador Geraldo Althoff, que defendeu apenas uma reeleição para cada presidente, incluindo o da CBF.

Farah admitiu que presta serviços de advocacia a empresas e que algumas delas, como a HVA Publicidade, Paisagismo e Serviços Temporários, são contratadas pela FPF. Segundo afirmou, isso ocorre porque tais empresas, como a HVA, são consideradas as melhores do ramo. Em 2000, a HVA recebeu R\$ 1,3 milhão da FPF, segundo Althoff.

O presidente da FPF admitiu ainda que a federação chegou a emprestar R\$ 1,5 milhão à Federação Mineira de Futebol. “Foi o jeito encontrado para ajudar a nossa coirmã, que passa por sérias dificuldades”, disse ele, informando que o “socorro emergencial” foi aprovado pela assembleia da FPF e que a dívida está sendo paga pela CBF. O relator considerou o empréstimo “incorreto”, uma vez que cabe à FPF zelar pelo futebol de São Paulo e não pelo de Minas Gerais.

Em seu depoimento, Farah classificou o Clube dos 13 de “danoso”

para o futebol brasileiro, reconheceu que as federações passam por momentos difíceis, negou que a FPF faça empréstimos a clubes (apenas antecipa recursos) e colocou à disposição da CPI os sigilos bancário e fiscal da Federação Paulista. Farah também negou que a FPF cobre juros sobre recursos antecipados a clubes, negou que tenha remetido recursos ao exterior como pessoa física e disse que nunca permitiu que a FPF fizesse doações para campanhas políticas.

O presidente da CPI, Álvaro Dias (PSDB-PR), disse que a FPF, com mais de R\$ 33 milhões em caixa, mostra que o futebol é uma atividade rentável. Ele anunciou que a CPI irá a São Paulo para, em audiência pública, ouvir sugestões e idéias de dirigentes, jornalistas e empresários ligados ao esporte e obter informações que ajudem na elaboração de uma nova legislação para o futebol brasileiro.

Gestante e deficiente devem ter facilitado acesso a ônibus

O projeto, aprovado ontem pelo Plenário, garante a existência de entradas alternativas em coletivos e recintos destinados ao uso público

As gestantes e as pessoas com dificuldade de locomoção ou portadoras de deficiência física têm direito a entrar em ônibus ou recintos destinados a uso coletivo por uma entrada alternativa, que lhes facilite a mobilidade. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, em votação simbólica.

Originário da Câmara, o projeto chegou ao Senado com um texto que contemplava o direito de as gestantes utilizarem a porta tra-



Tião Viana propôs mudanças para melhorar o projeto

seira dos ônibus urbanos e metropolitanos providos de catracas, sem prejuízo do pagamento da tarifa.

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado, no entanto, encontrou na proposta propriedades que exigiam a adequação do texto. Relator da matéria, o senador Tião Viana (PT-AC) lembrou que recentemente o Congresso aprovou norma estabelecendo critérios básicos para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física.

Por tratar o projeto de assunto correlato, ele sugeriu mudanças, substituindo, por exemplo, a menção à porta traseira por acesso alternativo, visto que a aplicação da norma deve contemplar também locais como cinemas e teatros. O projeto recebeu, assim, quatro emendas, todas aprovadas pelo Plenário.

A medida será válida para quaisquer recintos cuja entrada seja controlada por meio de catracas, de modo a assegurar às gestantes e às pessoas com dificuldade de locomoção o acesso aos locais sem obstáculos que dificultem a passagem.

Acordo com Chile sobre transporte aéreo é emendado

O Senado aprovou ontem o texto de emenda ao Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado em 1947 entre o Brasil e o Chile. Entre os direitos concedidos estão o sobrevôo, pouso, embarque e desembarque nos territórios de cada país.

Também foram aprovados decretos renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Fundação Nossa Senhora do Rocio, de Curitiba (PR); Rádio Thomazella Pavan, de Santa Fé (PR); Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC); Associação de Radiodifusão Comunitária Itaperuçu (PR); e Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição, de Ponta de Pedras (PA).

Plenário aprova nomes para o STJ e Cade

Foram aprovadas ontem pelo Senado as indicações de Laurita Ilário Vaz para integrar cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça e de Fernando de Magalhães Furlan como procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. As duas decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

O nome de Laurita Vaz foi aprovado por 59 votos a favor, um contra e quatro abstenções. O de Fernando Furlan recebeu 58 votos a favor, seis contra e uma abstenção.

Rocha critica candidatura de Capiberibe à Presidência

O lançamento do nome do governador do Amapá, João Capiberibe, como pré-candidato do PSB à Presidência da República em 2002, feito pelo governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, foi classificado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) de "anedota". Ele comparou a trajetória política de Capiberibe com a do ex-presidente Fernando Collor de Melo, "que saiu de Alagoas com um discurso de que combateria marajás e foi expulso do Palácio do Planalto pela força da juventude e pelo voto dos parlamentares".

Para Sebastião Rocha, Capiberibe é "um similar" do ex-presidente. "Ele é uma farsa e o Brasil precisa ficar convencido disso", afirmou. Segundo disse, o governador do Amapá gasta 90% dos recursos destinados à publicidade anunciando fora do estado, "pagando à grande imprensa para tentar se projetar numa audaciosa tentativa de se promover" visando às eleições do próximo ano.

Na opinião do senador pelo Amapá, Capiberibe na verdade não pretende disputar a Presidência da República, por saber que não teria chances. "Ele quer ser o vice de Lula (Luís Inácio Lula da Silva, provável candidato do PT)", comentou. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o direito de Ronaldo Lessa emitir qualquer



Sebastião Rocha comparou a trajetória de João Capiberibe com a de Fernando Collor

manifestação contra ou a favor de candidatos à Presidência. "Nosso partido é democrático e nele todas as questões são discutidas com a maior transparência", disse.

Em outra parte do seu pronunciamento, Sebastião Rocha comunicou o falecimento do fiscal de portos e embarcações Osvaldo Colares, um dos pioneiros do Amapá. Além de lamentar o fato, ele informou que a causa da morte foi dengue hemorrágica. O falecimento "demonstra a deficiência grave da saúde pública do país, em especial do meu estado, cujo governador Capiberibe costuma dizer que temos uma saúde de Primeiro Mundo", declarou.

Acolhido voto de pesar pela morte do ex-senador Vicente Vuolo

O Plenário do Senado aprovou requerimento de pesar pelo falecimento do ex-senador Vicente Vuolo, ocorrido na tarde do último domingo no hospital São Lucas, em Brasília. Vítima de pneumonia, o político mato-grossense foi enterrado segunda-feira no cemitério Coxipó da Ponte, em Cuiabá (MT). O requerimento foi apresentado pelos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Jonas Pinheiro destacou a importância da representação política de Vicente Vuolo para Mato Grosso e o Brasil. Segundo disse, "honradez, competência e dedicação" são marcas da vida política de Vuolo, que exerceu os cargos de deputado estadual em Mato Grosso, de 1952 a 1962 e de 1968 a 1974; prefeito de Cuiabá, entre 1962 e 1966; deputado federal, de 1974 a 1978; e senador, de 1978 a 1982.

Viúva de Nelson Carneiro lança hoje o livro "O Pai do Divórcio"

Será aberta hoje, às 18h, no Salão Nobre do Museu do Senado, a exposição Vida e Obra de Nelson Carneiro, que foi deputado, senador e presidente da Casa no biênio 1989/1990. No mesmo horário, a viúva do senador, Carmem Carneiro, lançará o livro *O Pai do Divórcio*, com depoimentos, cartas, artigos, documentos e fotos de Nelson Carneiro.

O senador faleceu em 1996 e teve atuação marcante na política nacional, sendo lembrado, principalmente, por ter relatado e conduzido a votação da emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no Brasil em 1961 e por ter sido o autor da lei que implantou o divórcio no país.

Senado realiza homenagem ao bicentenário do Marquês do Paraná

O Senado realiza na hora do expediente da sessão de hoje, às 14h30, homenagem à memória do Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão. O evento faz parte do calendário comemorativo do bicentenário de seu nascimento, que contará ainda com a reedição dos livros publicados pelo marquês e de sua biografia.

O marquês do Paraná nasceu em Minas Gerais em 11 de janeiro de 1801. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, aos 30 anos foi nomeado ministro da Justiça no gabinete organizado pela Regência Trina. Também exerceu as funções de ministro das Relações Exteriores e de presidente das Províncias do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O marquês faleceu em 1856, quando presidente do Conselho de Ministros no Gabinete da Conciliação do Segundo Império.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Natal
6h30 — *Agenda Econômica* — Reflexos da crise energética na economia
7h30 — *Entrevista* — O sen. Lúcio Alcântara fala sobre a política nacional de transporte
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
10h — Conselho de Ética — Votação do relatório do Sen. Roberto Saturnino sobre a violação do painel eletrônico (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora*
As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
10h — Conselho de Ética
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Senado Especial*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CAE aprova mudança no Imposto de Importação

Projeto de Jefferson Péres determina que o Poder Executivo deverá submeter ao Senado alterações de alíquotas

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que determina que o Poder Executivo submeta as alterações de alíquotas do Imposto de Importação à apreciação do Senado. Segundo a proposta, que teve apenas um voto contrário, o Senado terá 60 dias para discutir a matéria e, decorrido o prazo, as alterações de alíquotas sugeridas pelo governo serão consideradas aprovadas.

— O dinamismo do comércio internacional impõe freqüentes modificações na tarifa aduaneira, que, por sua especificidade e urgência, devem ser decididas pelo Poder Executivo. A proposta não traz qualquer prejuízo à celeridade requerida e o Senado poderá rejeitar as alterações lesivas a setores produtivos nacionais — afirmou Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que leu o relatório de Maguito Vilela (PMDB-GO) sobre a matéria.

O líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou voto em separado contrário ao projeto, por



Membros da CAE acolheram também parecer de Amir Lando sobre despesas do Supremo Tribunal Federal

considerar que a matéria é inconstitucional, além de ser contrária ao acordo de integração econômica do Mercosul, que estabelece que a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) não prevê a apreciação pelo Legislativo. Porém, Jefferson explicou que as TECs estariam fora das alterações que poderiam ser apreciadas pelo Senado.

— As exceções às TECs são maiores. A exceção é a regra no Mercado Comum. A Argentina acaba de mudar alíquotas para importação de

bens de capital — argumentou Jefferson, que contou com o apoio de Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovou ainda parecer do senador Amir Lando (PMDB-RO) que toma ciência do relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal (STF). O relatório demonstra que as despesas com servidores estão dentro do limite estabelecido pela legislação.

Adiada decisão sobre aumento do valor da dedução por dependente

A decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acerca do projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que aumenta de R\$ 1.080 para R\$ 1.632 o valor da dedução permitida por dependente na declaração do Imposto de Renda (IR) de pessoa física foi adiada a pedido dos senadores Bello Parga (PFL-MA) e Ney Suassuna (PMDB-PB). Eles solicitaram maior prazo para examinar a matéria. A CAE analisa a proposta em caráter terminativo, ou seja, se o projeto for aprovado na próxima semana, pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

— A atualização do valor da dedução por dependente tem alta significação social, interessando mais de perto aos contribuintes de baixa renda, tendo pouco significado para os contribuintes dos extratos superiores. Por essa razão, o impacto do reajuste é mínimo na arrecadação — afirma o relator da matéria, senador José

Alencar (PMDB-MG).

A tabela está congelada desde 1995, mas, como informa o relator, os salários foram reajustados no período por força da inflação que persiste, ainda que pequena.

— Na verdade, muitos que eram isentos foram forçados a ingressar na condição de contribuinte. A simples inércia do legislador em reajustar a tabela já teve o efeito prático de aumentar o imposto — afirma Alencar.

Outro pedido de vista, coletivo, adiou a votação terminativa do projeto de lei de Jefferson Péres (PDT-AM) que concede benefício fiscal às empresas que mantenham em seus quadros empregados com mais de quarenta anos de idade.

EMPRÉSTIMOS

Por solicitação da senadora He-

loísa Helena (PT-AL), o senador Jefferson Péres pediu vista do relatório apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), favorável ao pedido do Banco do Nordeste

para contratar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 150 milhões para o Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PME).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista do pedido de autorização do governo do Distrito Federal

para contratar operação de crédito de US\$ 30 milhões junto ao BID para financiar programa de saneamento básico. Segundo o relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o programa procura melhorar o quadro ambiental do DF.



Arlindo Porto propõe maior dedução

Rocha propõe audiência sobre exploração de petróleo em RR

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou que propõe na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) a realização de audiência pública em Macapá para discutir as questões que envolvem a exploração de petróleo no Amapá. Ele justificou sua preocupação sobre o assunto citando reportagem publicada pela imprensa, que denunciava a possibilidade de ter ocorrido fraude na concorrência realizada pelo governo para pesquisa e exploração de petróleo no Delta do Rio Amazonas, na costa do estado.

Outra preocupação de Rocha é que toda a infraestrutura necessária para a exploração e beneficiamento do petróleo seja montada no Pará e não no Amapá.

A venda de 60% das ações da Caemi (dona de 8% das exportações mundiais de minério de ferro) também foi tema do pronunciamento de Sebastião Rocha. O grupo japonês Mitsui recorreu à Justiça para garantir a compra das ações da empresa, de posse dos irmãos Mário e Guilherme Frering. A companhia australiana BHP e a Com-

panhia Vale do Rio Doce também estão na disputa.

A preocupação do senador é que o grupo Caemi é detentor da empresa Icomi Indústria e Comércio de Minérios, que explorou manganês no Amapá até 1999, e que tem uma dívida social com o estado no que diz respeito a recuperação ambiental da área onde atuava, na Serra do Navio. Além disso, explicou Sebastião Rocha, como a Icomi ainda não homologou a suspensão do seu contrato de exploração (o prazo de encerramento é em



Rocha aponta possibilidade de fraude

2003, mas a empresa rompeu-o unilateralmente alegando a

exaustão do minério), os seus bens, que contratualmente deveriam ser repassados ao estado, estão se deteriorando.

Rocha acrescentou que os rejeitos de manganês depositados pela Icomi perto de Porto de Santana — por onde passam os rios Amazonas e Matapi — contaminaram o lençol freático com arsênio. Estudos da Universidade Federal do Pará e do Instituto Evandro Chagas indicam que várias pessoas foram contaminadas, revelou.

Mozarildo sugere que país importe gasolina da Venezuela

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apelou ontem ao presidente da República para que este firme um acordo com a Venezuela para a importação de gasolina destinada aos consumidores de Roraima. Mozarildo explicou que o litro da gasolina brasileira é vendido em Boa Vista a R\$ 1,70, enquanto que a apenas 200 quilômetros, na Venezuela, é possível comprar um litro a R\$ 0,45.

Essa diferença de preços, continuou o senador, tem levado os consumidores a trazerem gasolina do país vizinho. Ele revelou que, recentemente, a Polícia Federal apreendeu 18 veículos que transportavam ilegalmente o combustível para Boa Vista. “Eram pessoas comuns, taxistas, caminhoneiros e até contraban-

distas”, disse. Mozarildo também solicitou que a PF dê tratamento diferenciado aos donos dos veículos apreendidos.

Além do transporte clandestino de combustível,



Mozarildo: benefício para Roraima

Mozarildo lembrou que o governador de Roraima, Neudo Campos, tem insistido no acordo de importação junto ao governo federal, mas não obteve sucesso. O senador disse que os donos de postos de combustíveis têm acusado queda nas vendas mês a mês, bem

como tem diminuído a arrecadação de impostos no estado.

Mozarildo também registrou sua participação, nos próximos dias, em debates promovidos pelas Faculdades Integradas do Tapajós sobre a redivisão territorial na Amazônia.

Mauro prevê aprovação do Estatuto da Cidade

A proposta, debatida ontem na Comissão de Assuntos Sociais, regulamenta as diretrizes gerais da política urbana no Brasil

Relator do projeto do Estatuto da Cidade, que regulamenta as diretrizes gerais da política urbana no Brasil, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem durante debate da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que é unânime o consenso sobre a necessidade de aprovação urgente da proposta.

“Hoje, 82% da população brasileira estão nas cidades. Mas quase 50% dos moradores das sete maiores cidades brasileiras vivem na ilegalidade”, disse Miranda.

Entre os debatedores estava a professora Hermínia Maricato, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), que também defende a aprovação do projeto. Ela afirmou que, “se o Senado Federal der de presente à sociedade brasileira o Estatuto da



Participaram do debate o ministro Ovídio de Angelis (ao microfone), secretário de Desenvolvimento Urbano, e a professora Hermínia Maricato, da Universidade de São Paulo

Cidade”, a Casa “receberá amplo reconhecimento por isso”.

Para a professora da USP, o grande nó do mercado residencial no Brasil é a falta de acesso da população à legalidade. De acordo com Hermínia Maricato, em quatro anos, 4,4 milhões de novas moradias foram construídas no Brasil, sendo apenas 700 mil legais. “Somando favelas e loteamentos, metade das grandes cidades brasileiras são ilegais, a invasão de terra é regra, não exceção”, afirmou. Como conse-

qüência da ocupação desordenada, afirmou, as cidades enfrentam enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, promiscuidade, violência e retorno de epidemias. Para a professora, a aprovação do Estatuto das Cidades pode ajudar o país a desmontar essas “bombas socioecológicas”. Hermínia Maricato destacou que o direito do cidadão à moradia não se refere apenas à casa, mas sim à cidade, com sistema de transporte, água, esgoto e urbanização.

Projeto organiza a função social da terra

O Estatuto da Cidade já foi aprovado pelo Senado, onde teve origem há 11 anos como proposta do então senador Pompeu de Souza. A matéria voltou ao Senado depois de ser aprovada na Câmara, na forma de substitutivo do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), que esteve presente na audiência de ontem. Inácio Arruda destacou como principais pontos do estatuto, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, os instrumentos de que dota a sociedade para organizar a função social da terra. Entre eles, salientou a instituição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo para terrenos sem uso social – terrenos urbanos subutilizados ou não utilizados – e a desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública, desses terrenos após cinco anos de pagamento de IPTU progressivo. As medidas objetivam



O então senador Pompeu de Souza apresentou em 1989 o projeto do Estatuto da Cidade

atacar a especulação imobiliária.

O ministro Ovídio de Angelis, secretário de Desenvolvimento Urbano, explicitou o apoio do governo federal ao projeto, uma das prioridades do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo afirmou. “O projeto fará melhorar a vida nas cidades brasileiras”,

disse. O consultor do Instituto Polis, Nelson Salles Júnior, também pediu a aprovação urgente da matéria e destacou como principais inovações a instituição do “direito à cidade” e a obrigatoriedade de os governantes realizarem orçamentos participativos.

O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), defendeu a necessidade de haver regras firmes, “que sejam cumpridas”, para a organização urbana. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) colocou em debate a possibilidade de realização de audiência pública sobre o assunto em Campo Grande (MT), mas a decisão foi postergada para outra reunião da comissão, uma vez que todos desejavam a aprovação urgente da matéria. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a falta de oferta para a demanda reprimida de habitações acaba empurrando os cidadãos para a ilegalidade.

Municípios podem ter mais recursos do salário-educação

Os municípios poderão passar a receber um terço dos recursos destinados ao salário-educação, conforme projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) aprovado ontem pela Comissão de Educação. Com parecer favorável do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), a proposta altera as regras de distribuição dos recursos do salário-educação, atualmente destinados prioritariamente aos estados e ao governo federal. A matéria agora vai ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A legislação estabelece uma cota federal, correspondente a um terço dos recursos, sendo o restante destinado à cota estadual. Esta parte é distribuída entre cada estado e seus municípios, segundo a legislação de cada

estado. Ao relatar a matéria, Patrocínio observa que “muitas vezes o dinheiro é distribuído de acordo com critérios aleatórios, freqüentemente de natureza político-partidária”.

O relator incorporou em seu parecer emenda do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que retirou do parágrafo 1º da Lei nº 9.424, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o trecho que assegurava maiores parcelas para os estados e municípios que arrecadassem mais.

Segundo Álvaro Dias, com as alterações, os municípios poderão receber recursos do salário-educação diretamente do Fundef, sem a necessidade de interposição das secretarias estaduais.



O projeto aprovado pela Comissão de Educação garante que os municípios recebam as verbas diretamente do Fundef

Autorizado funcionamento de novas emissoras de rádio

A Comissão de Educação aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento das seguintes rádios: Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte, em Candeias do Jamari (RO); Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguaçu,

em Itaguaçu (ES); Rádio Difusora de São José do Rio Pardo, em São José do Rio Pardo (SP); Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz das Palmeiras, em Santa Cruz das Palmeiras (SP); Empresa Dinâmica, em Dourados (MS); e Rádio Terezense, de Santa Tereza (ES).

Maria do Carmo quer prioridade para educação em Sergipe

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) lamentou atitudes do governador de Sergipe, Albano Franco, que, na sua opinião, provocaram a greve, segunda-feira, na rede estadual de ensino, paralisando mais de 95% das escolas. A senadora acredita que a valorização do educador deve ser prioridade e que apenas “os governos míopes” não vêem isso.

– O governo de Sergipe vem, desde 1997, prometendo implantar o plano de carreira e remuneração do magistério do estado de Sergipe e, após es-

ses quatro anos, os professores foram surpreendidos com o envio à Assembleia Legislativa de uma proposta que não respeita os acordos e não inclui tabela salarial.

A senadora informou ainda que o governo decidiu pagar à classe tomando como base salário de R\$ 151, e não R\$ 180, o mínimo nacional. Além disso, o governo suspendeu a contribuição sindical autorizada pelos professores. “Enquanto o governo sergipano fecha-se em um casulo solitário e a sociedade perde qualidade de ensino”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson